

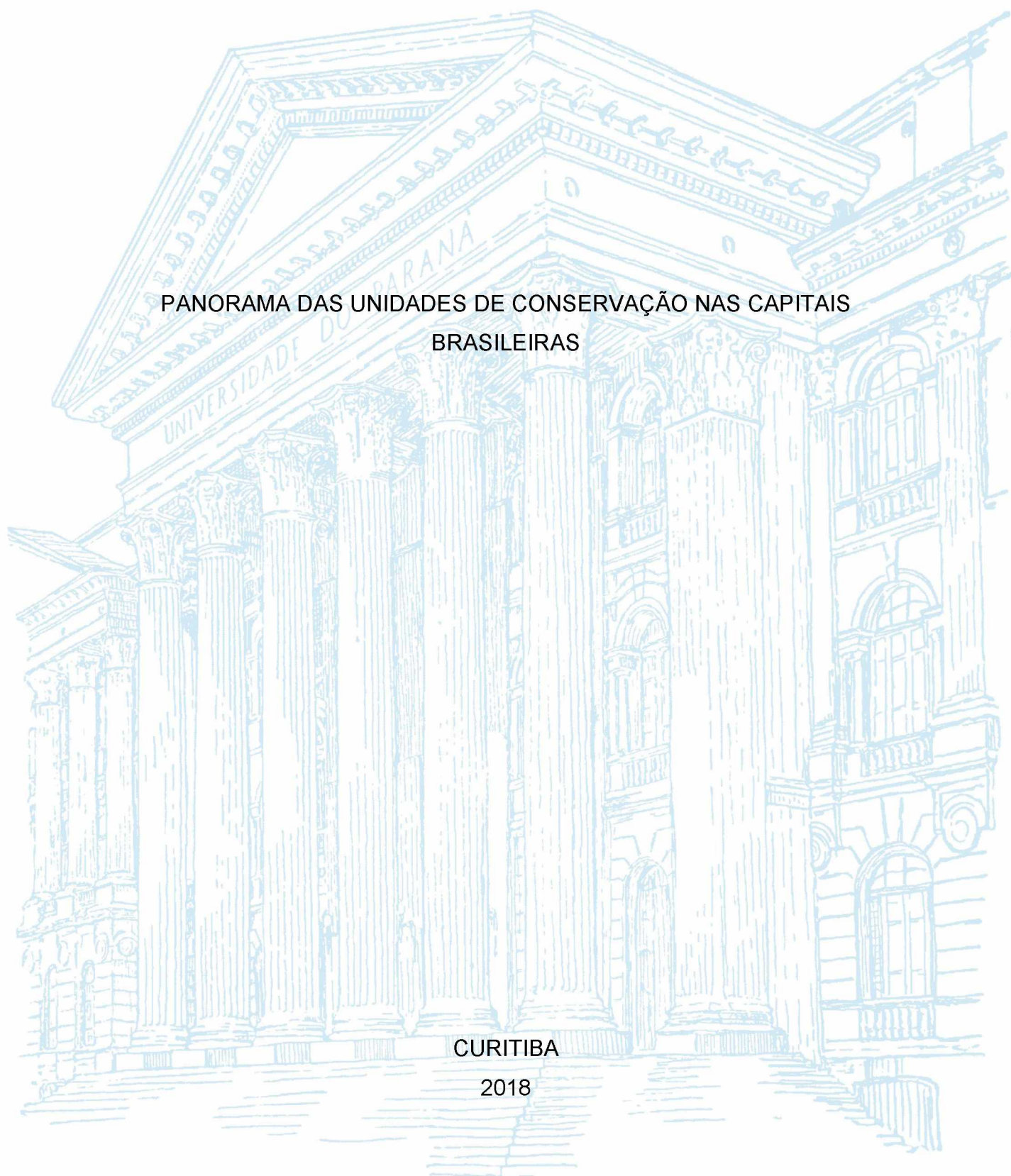
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO PINHEIRO LECHETA

PANORAMA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NAS CAPITALS
BRASILEIRAS

CURITIBA

2018



THIAGO PINHEIRO LECHETA

PANORAMA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NAS CAPITALS
BRASILEIRAS

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado ao curso de Pós-Graduação
em Gestão Ambiental, Departamento de
Economia Rural e Extensão, Setor de
Ciências Agrárias, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção
do título de Especialista em Gestão
Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre França Tetto

CURITIBA

2018

RESUMO

A criação de áreas de proteção naturais tem sido uma das principais estratégias para conservação da natureza no mundo, e tem como objetivo conservar o meio biótico e abiótico e seus recursos. O aumento da população no mundo e no Brasil traz impactos ambientais ao meio ambiente, criando novos desafios para a preservação. Com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação podem ser criadas unidades de conservação, geridas nas esferas federal, estadual e municipal. Esse sistema utiliza uma base de dados chamada Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com informações sobre características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e dados georreferenciados das UCs. Este trabalho teve por objetivo realizar uma análise comparativa entre as capitais brasileiras em relação à quantidade de unidades de conservação e aspectos da gestão ambiental dessas, como a presença de planos de manejo e atividades de educação ambiental. Os dados utilizados foram obtidos a partir do CNUC. As unidades de conservação nas capitais brasileiras somam um total de 221 e estão distribuídas de forma irregular, com poucas unidades com algum tipo de gestão implantada ou atividades de conscientização ambiental e muitas informações ausentes nos relatórios de cadastro de UCs. O Brasil tem a maior biodiversidade do mundo, e tem a obrigação de proteger e conservar esse patrimônio.

Palavras chave: ambiente, áreas de proteção, Brasil, conservação, unidades.

ABSTRACT

The creation of natural protection areas has been one of the main strategies for nature conservation in the world, and aims to conserve the biotic and abiotic environment and its resources. The increase of the population in the world and in Brazil brings environmental impacts to the environment, creating new challenges for the preservation. With the National System of Conservation Units (SNUC) can be created conservation units, managed at federal, state and municipal levels. This system uses a database called the National Register of Conservation Units (CNUC), with information on physical, biological, tourist, managerial and georeferenced data of UCs. The objective of this work was to carry out a comparative analysis between the Brazilian capitals in relation to the number of conservation units and their environmental management aspects, such as the presence of management plans and environmental education activities. The data used were obtained from the CNUC. Conservation units in the Brazilian capitals add up to a total of 221 and are distributed irregularly, with few units with some kind of management implemented or environmental awareness activities and many information missing in the records of PAs. Brazil has the largest biodiversity in the world, and has the obligation to protect and conserve this heritage.

Key words: Brazil, conservation, environment, protection areas, Units.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de biomas do Brasil.....	17
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de UCs por capital brasileira.	18
Gráfico 2: Número de UCs por categoria de manejo.....	19
Gráfico 3: Relação entre a área das capitais brasileiras e a área das UCs	20
Gráfico 4: Número de UCs por bioma.	20
Gráfico 5: Número de UCs com plano de manejo.....	21
Gráfico 6: Número de UCs com atividades de educação ambiental.	22

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental
ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
EA – Educação Ambiental
ESEC - Estação Ecológica
EUA – Estados Unidos da América
FLONA - Floresta Nacional
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MONA - Monumento Natural
MMA - Ministério do Meio Ambiente
PARNA - Parques Nacionais
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PM – Plano de Manejo
REBIO - Reserva Biológica
REFAU - Reserva de Fauna
RESEX - Reservas Extrativistas
REVIS - Refúgio de Vida Silvestre
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
WCPA - Comissão Mundial de Áreas Protegidas
UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	10
1.1.1 Objetivo geral.....	10
1.1.2 Objetivos específicos	10
1.1.3 Justificativa	10
1.1.4 Fundamentação teórica	11
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	16
2.1 Caracterização da área de estudo	16
2.2 Obtenção e análise de dados	17
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1. INTRODUÇÃO

A criação de áreas naturais protegidas tem sido uma das principais estratégias para conservação da natureza no mundo, advinda da necessidade do ser humano conservar ambientes naturais, garantindo a manutenção do meio biótico e abiótico e consequentemente dos recursos essenciais à qualidade de vida.

O Brasil possui seis biomas continentais (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa) e um bioma marinho ou aquático, e segundo Arruda e Nogueira (2004), a riqueza expressada pela extensão territorial, diversidade, endemismo das espécies biológicas e seu patrimônio genético, assim como pela variedade de ecossistemas dos biomas, tornam o patrimônio natural brasileiro um dos mais importantes e significativos do mundo. Esses fatos trazem consigo a importância de criar unidades de conservação, com diversas categorias, critérios e formas de uso.

As Unidades de Conservação (UCs) são definidas pela lei 9.985 de 18 de julho de 2000 como sendo: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

Com o objetivo de potencializar o papel das UCs, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei 9.985/2000), para que as UCs pudessem ser planejadas e administradas de forma integrada, sendo geridas nas esferas federal, estadual e municipal. O SNUC traz aos tomadores de decisão uma visão estratégica que possibilita que as unidades de conservação tenham maior efetividade na melhoria da qualidade de vida das populações locais, gerando renda, emprego e desenvolvimento, além da conservação ambiental.

Ao se tratar de unidades de conservação em áreas urbanas e privadas é preciso respeitar, além da lei do SNUC, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e leis infraconstitucionais para que se efetive a associação entre as políticas urbana e ambiental. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) - instrumento básico

da política urbana – é responsável por definir mapas e regulamentos do macrozoneamento urbano e ambiental determinando as parcelas territoriais das cidades destinadas aos processos de edificação e às áreas de proteção ambientais absolutamente não edificantes ou parcialmente edificantes.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo desse trabalho foi realizar uma análise comparativa entre as capitais brasileiras em relação à quantidade de unidades de conservação em áreas urbanas nessas regiões.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Quantificar as unidades de conservação nas capitais brasileiras.
- b) Levantar os dados relativos à área, presença de plano de manejo e realização de atividades de educação ambiental nas unidades de conservação nas capitais brasileiras.
- c) Relacionar à área das capitais com a área das unidades de conservação.

1.1.3 Justificativa

O crescente número de habitantes nos centros urbanos do Brasil trás consigo a preocupação com a natureza e seus recursos, assim como a sua gestão, sendo importante a criação e implementação de unidades de conservação nesses locais.

Com o intuito de observar o panorama atual das unidades de conservação nos principais centros urbanos do Brasil, o trabalho foi realizado com base em revisão de literatura e levantamento de dados sobre as UCs em banco de dados homologado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

1.1.4 Fundamentação teórica

A criação do Parque Nacional de Yellowstone (1872), nos Estados Unidos, marcou o início de uma nova fase na conservação ambiental, onde o Estado passou a assumir oficialmente as atividades de conservação, gerenciando espaços conservacionistas a partir de interesses e do poder público. Segundo a Comissão Mundial para o Meio Ambiente (1991), vários continentes passaram a aderir à prática de criação e conservação de áreas naturais após terem como base o modelo do Parque Nacional de Yellowstone.

O grande marco de proteção ambiental no Brasil, conforme Magalhães (2002), foi a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1808, sem dúvida a primeira área protegida no Brasil. Porém, segundo Costa (2002), o surgimento da primeira unidade de conservação oficial foi durante o século XX, com a elaboração de um projeto de criação de Parques Nacionais no estado do Paraná e Tocantins pelo engenheiro André Rebouças em 1876, inspirado na área de preservação de Yellowstone (EUA), sem sucesso na época. Segundo o SNUC (2000), outra tentativa de criação também foi realizada pelo botânico Albert Lofgren, ao Ministério da Agricultura no Brasil por volta de 1913, com grande apoio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que defenderam a ideia de criar um Parque Nacional na região, mas também não obtiveram sucesso. Sessenta anos após o projeto inicial de criação dos Parques, no governo de Getúlio Vargas, surge o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro, como a primeira unidade de conservação oficial no Brasil. Posteriormente, em 1939, foram criados o Parque Nacional de Iguaçu (PR) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ).

Em 1988 a nova constituição federal traz, no capítulo destinado ao “meio ambiente”, o art. 225 que diz: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente

equilibrado bem de uso como do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo para presentes e futuras gerações”.

Após alguns anos de estudos e propostas, desde a constituição de 1988, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi aprovado, sendo criada a lei 9.985/2000. O SNUC é o conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, composto por 12 categorias de unidades de conservação, com objetivos específicos que se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos. O art.4º da lei 9.985/00 traz os seguintes objetivos do SNUC:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

De acordo com o art. 7º da lei 9.985/00, as unidades de conservação dividem-se em dois grupos com características específicas. As unidades de proteção integral (art. 8) e as unidades de uso sustentável (art. 14), ambas formando 12 categorias de UCs.

As unidades de proteção integral têm como principal objetivo o de preservar a natureza, se admitindo o uso indireto dos seus recursos naturais, como o turismo ecológico, práticas de educação ambiental e pesquisa científica, não sendo permitido serem habitadas pelo ser humano. Essas unidades são classificadas em cinco categorias:

- Estação Ecológica (ESEC): área de posse e domínio público, que visa à preservação da natureza e a pesquisa científica;
- Reserva Biológica (REBIO): área destinada para preservação integral dos atributos naturais, de posse e domínio público, sem interferência direta humana;
- Monumento Natural (MONA): tem a característica de preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza natural. Suas áreas podem ser constituídas de propriedades particulares ou públicas;
- Refúgio de Vida Silvestre (REVIS): que também possuem propriedades particulares e visa a proteção dos ambientes naturais que garantem a reprodução de espécies ou a migração da flora e fauna; e, finalmente,
- Parques Nacionais (PARNA): possuem objetivos de preservação de ecossistemas relevantes e de grandes belezas cênicas, possibilitando a realização de visitação/ recreação, educação ambiental e pesquisa científica. A posse e o domínio também são públicos.

As unidades de uso sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos

naturais, desde que se mantenham constantes os recursos renováveis explorados. Essas unidades são classificadas em sete categorias:

- Áreas de Proteção Ambiental (APA): caracterizada por possuir grande extensão territorial, com propriedades públicas e privadas, e que visa o controle do processo de ocupação;
- Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): são em geral pequenas áreas, com características naturais extraordinárias, constituídas por propriedades privadas e públicas;
- Floresta Nacional (FLONA): tem em seu território o domínio público, e foi instituída - com objetivo de exploração dos recursos florestais;
- Reservas Extrativistas (RESEX): são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, que visa a proteção dos meios de vida e cultura dessas populações. O domínio da unidade é público;
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS): caracteriza-se por também abrigar populações tradicionais e, assim como a RESEX, tem como objetivo básico assegurar a preservação da natureza para manutenção dos meios de vida dessa população;
- Reserva de Fauna (REFAU): domínio da área é público, e visa a realização de estudos científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos; e finalmente,
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): são áreas privadas, gravadas com perpetuidade para a conservação da biodiversidade.

São diversos os motivos que tornam as unidades de conservação locais privilegiados para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas associadas com a cultura, o lazer e a recreação, o turismo, e a educação ambiental. Sendo assim, o SNUC define que as UCs devem possuir um plano de manejo, principal

instrumento de trabalho da administração local, contendo diagnóstico, zoneamento e plano de gestão da unidade. Segundo o IBDF (1984), o plano de manejo "é o instrumento básico a fornecer diretrizes para a conservação dos recursos naturais contidos na Unidade". É um instrumento dinâmico e flexível, tal qual o são os processos que regulam o ambiente e, por isto, elaborado de forma a poder absorver as novas descobertas científicas ou quaisquer alterações que possam interferir, direta ou indiretamente, sobre o patrimônio natural protegido.

A lei 9.985/00 cria também o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), mantido pelo MMA com a colaboração dos órgãos gestores federais, estaduais e municipais, com o objetivo de disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, trazendo informações sobre características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados das unidades de conservação.

Uma das principais preocupações com a manutenção de áreas protegidas é o avanço populacional que vem pressionando as UCs. Geralmente as cidades são fenômenos sociais mutáveis, elas tendem a crescer desordenadamente a partir das demandas produtivas e das migrações que as atingem (AGUIAR, 1994).

Dados do IBGE (2010) mostram que mais de 80% da população do Brasil vivem nas cidades, com uma grande parcela vivendo no bioma Mata Atlântica, considerado um ecossistema extremamente ameaçado, encontrado originalmente em 17 estados, restando 7,9% da sua cobertura vegetal original (Fundação SOS Mata Atlântica; INPE, 2010).

A criação de unidades de conservação em áreas urbanas e privadas, por qualquer ente federativo, deve considerar o macrozoneamento envolto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

O macrozoneamento urbano e ambiental do PDDU de um município, conforme o Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001), define as zonas em que é permitido construir, parcialmente ou integralmente, devido à conservação ambiental (arts. 39-42 do Estatuto da Cidade). Estão no âmbito da posse e domínio públicos ou privados: monumento natural e refúgio da vida silvestre (unidades de proteção

integral) e área de proteção ambiental e área de relevante interesse ambiental (unidades de uso sustentável).

Para que seja possível criar unidades de conservação em áreas urbanas e privadas é necessário que sejam realizadas análises prévias em direito urbanístico e ambiental, observando os conceitos de desenvolvimento sustentável, finalidades do planejamento urbano, necessidade do macrozoneamento urbano e ambiental no PDDU, imprescindibilidade da conservação ambiental e instrumentos de política urbana.

A conservação de áreas naturais urbanas tem sido foco de discussões no mundo, existindo um grupo de trabalho específico na Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA), chamado de *Urban Specialist Group*, que reúne profissionais preocupados com a ausência da dimensão urbana na agenda da conservação da natureza. O crescimento das cidades em países em emergentes, segundo Pitt e Boulle (2010), ocorre sem planejamento afetando as áreas naturais próximas aos centros urbanos. Para McNeely (2001), a proximidade de áreas protegidas urbanas com áreas densamente ocupadas tem grande valor, pois trazem a oportunidade de aproximar essa população da conservação ambiental por meio da educação ambiental.

É importante enfatizar que as unidades de conservação são um refúgio para a proteção e conservação dos ecossistemas remanescentes em meio a um mundo antropizado.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Caracterização da área de estudo

A área de estudo desse trabalho teve como foco as 27 capitais do território brasileiro. A amplitude do território e da diversidade ambiental do Brasil traz diversas características para as capitais do país. Segundo o IBGE (2004) a relação entre capitais e biomas é a seguinte: Amazônia (Belém/PA, Macapá/AP, São Luís/MA, Manaus/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC); Mata Atlântica (Curitiba/PR, Florianópolis/SC, São Paulo/SP, Aracaju/SE, João Pessoa/PB, Maceió/AL,

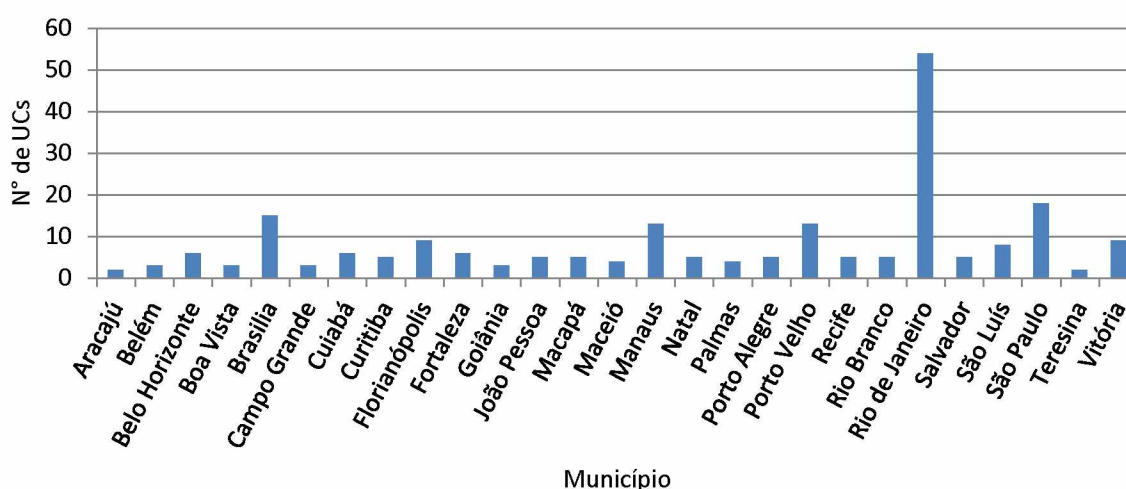
[nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc](https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html). Os dados referentes às áreas das capitais e dos biomas brasileiros foram retirados de bancos de dados oficiais do IBGE por meio do portal *online* do instituto, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>.

Os relatórios foram analisados e organizados de acordo com os municípios e transferidos para planilhas, a fim de gerar tabelas e gráficos comparativos relacionando os valores entre os mesmos. Dentre os dados presentes nos relatórios do CNUC, foram escolhidos para esse trabalho os dados referentes à: esfera administrativa, categoria de manejo, bioma declarado, plano de manejo, educação ambiental e área da unidade de conservação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

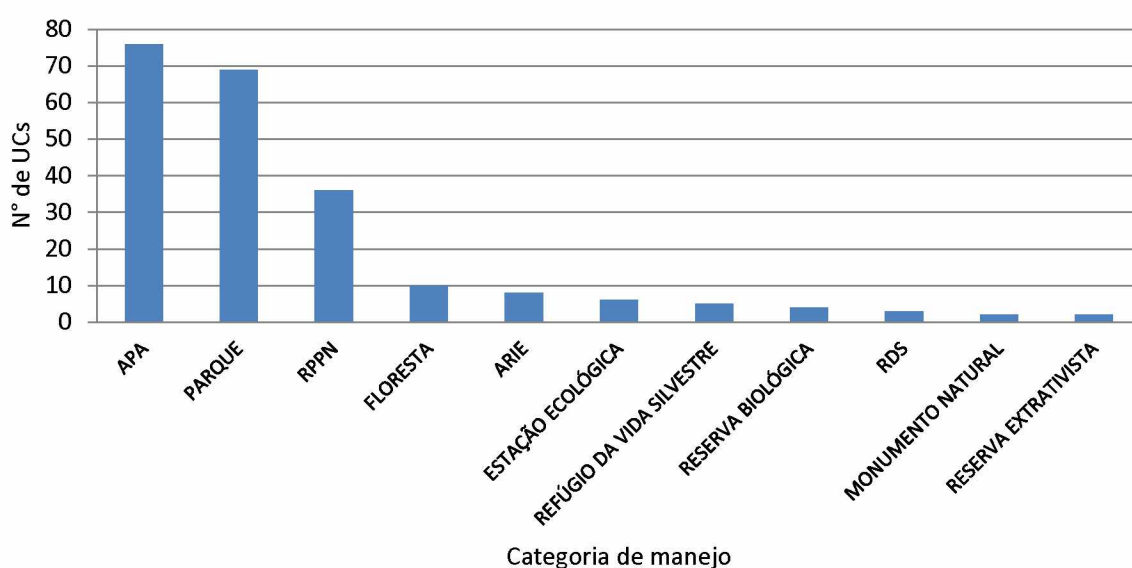
A quantidade de unidades de conservação cadastradas no CNUC, em áreas de capitais brasileiras somaram, até o primeiro semestre de 2018, um total de 221 unidades (Anexo 1), sendo 59 geridas na esfera federal, 89 na esfera estadual e 73 na esfera municipal. O número mais significativo de UCs por capital foi na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com 54 unidades, representando 24,43% do total (gráfico 1). As capitais São Paulo/SP, Brasília/DF, Porto Velho/RO e Manaus/AM possuem, respectivamente, 18, 15, 13 e 13 unidades, que em conjunto somam 26,70% do total. As demais 22 capitais somam 48,87% das UCs.

Gráfico 1: Número de UCs por capital brasileira.



As categorias de manejo mais abundantes entre as unidades são as Áreas de Proteção Ambiental (APA), com 76 UCs cadastradas e os Parques, com 69 UCs cadastradas, seguidas de: Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com 36 UCs; Floresta, com 10 UCs; ARIE, com 8 UCs; Estação Ecológica, com 6 UCs; Refúgio da Vida Silvestre, com 5 UCs; Reserva Biológica, com 4 UCs; RDS, com 3 UCs; Monumento Natural, com 2 UCs; Reserva Extrativista, com 2 UCs (Gráfico 2). Esses dados mostram que 61,11% das áreas conservadas nas capitais brasileiras são unidades de uso sustentável.

Gráfico 2: Número de UCs por categoria de manejo.

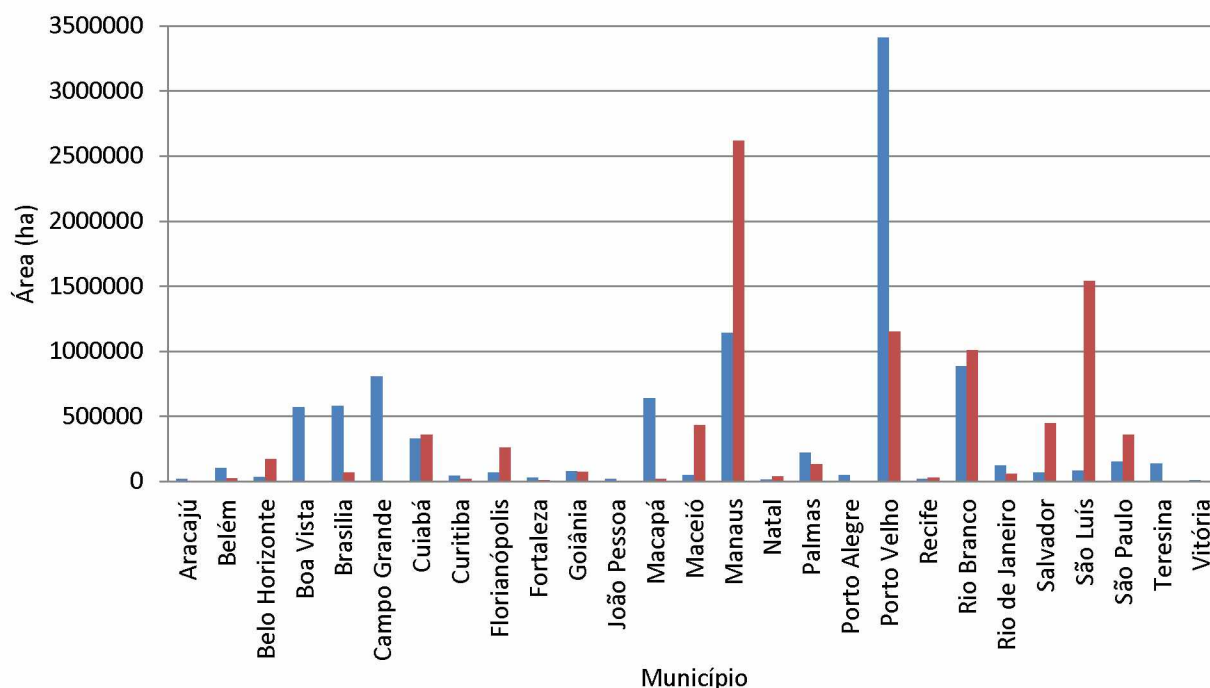


Uma provável explicação para essa proporção é que um dos critérios do SNUC para a criação de unidades de proteção integral é a impossibilidade de habitação humana nessas áreas, sendo essas mais restritas em relação às de uso sustentável. Tendo em vista que o trabalho analisa os dados de UCs em capitais, tipicamente áreas de alta densidade demográfica, a criação de unidades de proteção integral poderia significar mais gastos, devido à realocação das populações locais dessas áreas, além de conflitos sociais e culturais.

A relação entre a área das capitais e a área das UCs, utilizando apenas os dados do CNUC, não traz informações precisas sobre a porcentagem de área conservada dos municípios em questão. Os dados disponibilizados pelo CNUC não possuem uma métrica específica para cada município em unidades que englobem várias cidades e quando o ambiente da UC é marinho, devido à proporção do tamanho do território aquático em relação ao terrestre. Observou-se uma

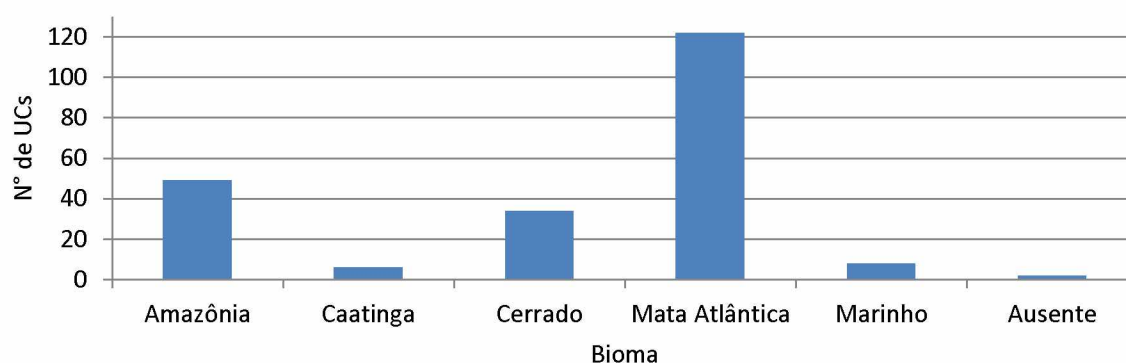
aproximação maior nessa relação, fazendo com que a área conservada passe a ser superior a área do município. Em 11 capitais as áreas das unidades de conservação somam um valor superior à área do município (Gráfico 3).

Gráfico 3: Relação entre a área das capitais brasileiras e a área das UCs (azul: área do município, vermelho: área das UCs).



Ao separar as unidades de conservação por bioma (Gráfico 4) constatou-se que a Mata Atlântica tem a maior representatividade, com um total de 122 unidades (55,20%). A Amazônia vem em segundo lugar com 49 unidades (22,17%); seguido do Cerrado, com 34 unidades (15,39%); Marinho, com 8 unidades (3,62%); Caatinga, com 6 unidades (2,71%); e 2 unidades com informação ausente sobre o bioma, sendo uma em Curitiba/PR e uma em Belo horizonte/MG (0,91%).

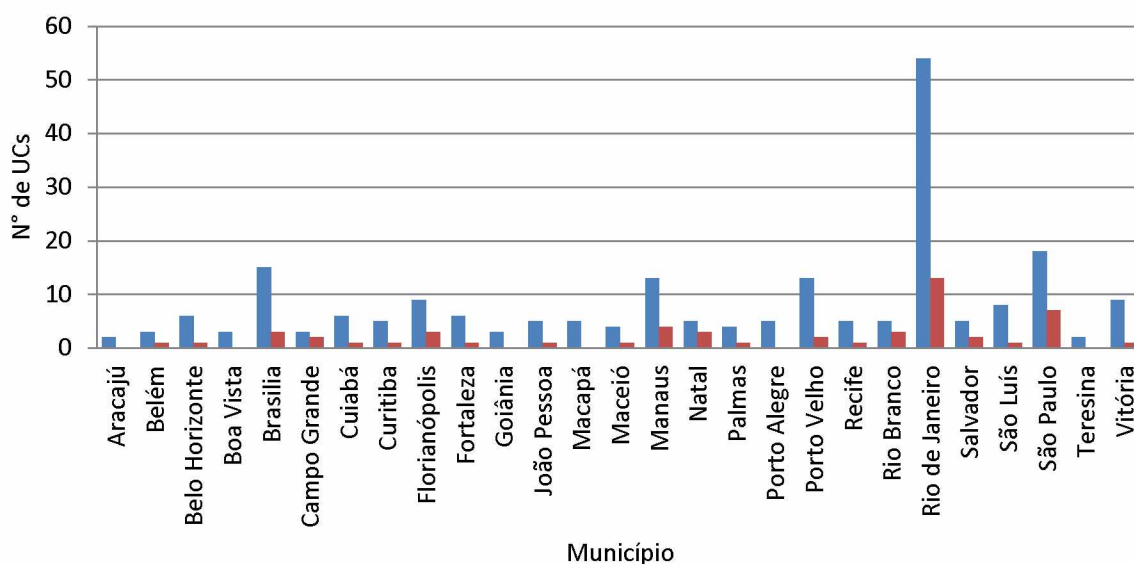
Gráfico 4: Número de UCs por bioma.



O bioma Mata Atlântica possui uma grande representatividade no território brasileiro, estando presente em 17 estados e em 14 capitais (MMA, 2010). A quantidade de capitais do país com esse bioma pode ser explicada pela colonização do país, que teve sua expansão territorial pelo litoral, caminhando sentido ao interior do país, tendo diversas capitais sido estabelecidas nessas regiões. A grande representatividade de unidades de conservação no bioma Mata Atlântica observadas na área de estudo desse trabalho pode ser explicada por esse fato. Outro motivo para esse valor é a representatividade de UCs encontradas nos municípios Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, que juntos somam 32,58% das UCs registradas entre as capitais e estão dentro do bioma Mata Atlântica.

Os dados obtidos sobre a gestão das UCs mostram que apenas 24% das unidades de conservação nas áreas das capitais brasileiras possuem um plano de manejo (Gráfico 5). A capital do Rio de Janeiro tem o maior número de unidades com PM, com 13 UC. As capitais Aracaju/SE, Goiânia/GO, Macapá/AP, Porto Alegre/RS e Teresina/PI não possuem unidades de conservação com plano de manejo.

Gráfico 5: Número de UCs com plano de manejo (azul: total de UCs do município, vermelho: UCs com plano de manejo)

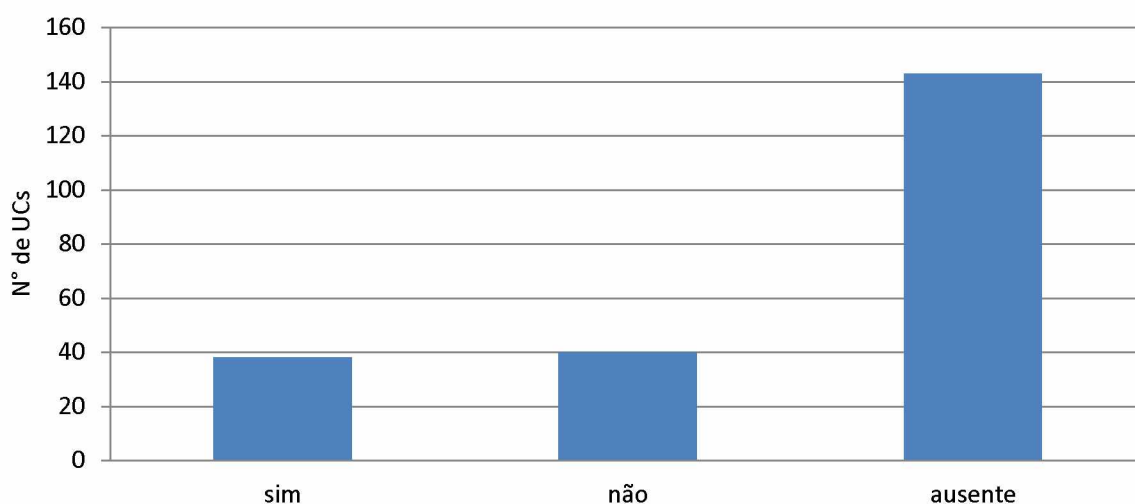


A baixa quantidade de unidades de conservação com plano de manejo é um dado preocupante, visto que esse é o principal instrumento de trabalho da administração local, contendo diagnóstico, zoneamento e plano de gestão da

unidade (Brasil,2000). Esse dado mostra que as UCs podem não estar cumprindo parte de seus objetivos e estão em desacordo com o previsto no art. 27 do SNUC (2000) que diz: “as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo.”.

Ao analisar os dados sobre educação ambiental das unidades de conservação foi observado que mais de 64% (143 UC) não possuem informações sobre a existência ou não algum tipo de atividade sendo realizada. Os 35,29% dos dados restantes estão divididos em 38 UCs com alguma atividade de EA e 40 UCs sem nenhuma atividade de EA (Gráfico 6).

Gráfico 6: Número de UCs com atividades de educação ambiental.



Educação ambiental é um dos principais meios de conscientização da população a respeito da conservação da natureza e segundo Lanfredi (2002), “A educação ambiental objetiva a formação da personalidade despertando a consciência ecológica em crianças e jovens, além de adulto, para valorizar e preservar a natureza”.

A falta de informação nos relatórios do CNUC sobre atividades de EA nessas unidades, assim como o numero expressivo de ausência de atividades do tipo, é preocupante, sendo esse um dos maiores meios de conscientização da população sobre a importância da conservação da natureza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a conservação do meio ambiente aumentou nas últimas décadas. Como medida de preservação da natureza e seus recursos diversos países têm criado unidades de conservação, visto que as áreas naturais protegidas são importantes para a conservação dos ecossistemas.

O aumento do número de habitantes nas cidades brasileiras traz impactos ambientais ao ambiente, devendo ser criadas formas de preservá-lo. A partir do SNUC podem ser criadas unidades de conservação, geridas nas esferas federal, estadual e municipal. Porém, para se ter efetividade dessas UCs na conservação da natureza é imprescindível que possuam uma gestão ambiental eficiente.

Ao observar a realidade das áreas naturais protegidas nas capitais brasileiras é possível observar alguns problemas na implantação dessa importante medida, como o baixo número de UCs com planos de manejo, que tem um papel primordial para garantir a conservação da biodiversidade das unidades, utilizando de ferramentas e técnicas para obter os melhores resultados, além de incluir medidas para promover a integração da UCs à vida econômica e social das comunidades vizinhas, essencial para a eficiência da UCs. Outro fato importante é a necessidade de incentivar projetos de educação ambiental nessas unidades, pouco praticados nas UCs das capitais do país, sendo esse um dos importantes caminhos para conscientizar a população sobre a conservação da natureza.

O Brasil tem a maior biodiversidade do mundo, sendo necessária a proteção e preservação desse patrimônio, com uma gestão eficiente, sempre em busca de aprimoramento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, Roberto Armando Ramos de. **Direito do Meio Ambiente e Participação Popular**. Brasília. Editora IBAMA, 1994.

Arruda, Moacir Bueno e S. Nogueira, Luís Fernando (organizadores). **Corredores ecológicos: uma abordagem integrada de ecossistemas no Brasil**. Editora IBAMA. Brasília, 2004.

Brasil. Constituição (2000). Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. **Institui O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e da Outras Providencias**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>.

Brasil. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Tradução de Our common future. 1 ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Costa, Patrícia C. **Unidades de Conservação: Matéria-Prima do Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CNUC. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. **Relatório Parametrizado - Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>.

Fundação SOS Mata Atlântica; INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – Período 2008-2010**. Dados Parciais dos Estados Avaliados até maio de 2010, 2010.

IBDF. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra**. Brasília, 1984.246p.

IBGE (2004). **Mapa de Biomas do Brasil**. Primeira Aproximação. Escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/mapas/563-mapa-de-biomas-do-brasil>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Brasil**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>.

Lanfredi, Geraldo Ferreira. **Política ambiental – Busca da efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 197.

Magalhães, Juraci Perez. **A evolução do Direito Ambiental no Brasil**. São Paulo. Editora Juarez de Oliveira, 2002.

McNeely, J.A. Cities and protected areas: an oxymoron or a partnership? In: **Cities and protected areas (Protected Areas Program)**, Switzerland, IUCN, v.11, n.3, p.52, 2001.

Pitt, B.; Boulle, T. **Growing together: thinking and practice of urban nature conservators**, SANBI Cape Flats Nature, Cape Town. p.156, 2010.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: texto da e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional e Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. São Paulo: **Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**, 2ª edição, 76p. 2000.

ANEXO 1 – TABELA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DAS CAPITALS BRASILEIRAS

Aracajú/SE						
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ESFERA ADMINISTRATIVA	CATEGORIA DE MANEJO	BIOMA DECLARADO	PLANO DE MANEJO	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ÁREA DA UC (ha)
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DO URUBU	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Sim	213
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO POXIM	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	174
Belém/PA						
PARQUE ESTADUAL DO UTINGA	Estadual	Parque	Amazônia	Sim	Não	13931
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Não	Sim	7500
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Não	Não	1500
Belo Horizonte/MG						
PARQUE ESTADUAL SERRA DO ROLA MOÇA	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	3941
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SUL-RMBH	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	165260
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL FAZENDA CAPITÃO EDUARDO	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Não	Ausente	522
FLORESTA ESTADUAL SÃO JUDAS TADEU	Estadual	Floresta	Ausente	Não	Ausente	141
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO CERCADINHO	Estadual	Estação Ecológica	Cerrado	Não	Ausente	224
PARQUE ESTADUAL SERRA VERDE	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Sim	142
Boa Vista/RR						
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL TUPAQUIRI	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	883
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL RESERVA MANI	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	110
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL SESC TEPEQUÉM	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	55
Brasília/DF						
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO DESCOBERTO	Federal	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Não	Ausente	0
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO BARTOLOMEU	Federal	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Não	Ausente	0
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PLANALTO CENTRAL	Federal	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Não	Não	0

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICA CAPETINGA/TAQUARA	Federal	Área de Relevante Interesse Ecológico	Cerrado	Não	Ausente	2100
FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA	Federal	Floresta	Cerrado	Não	Ausente	9346
PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA	Federal	Parque	Cerrado	Sim	Ausente	42389
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL SANTUÁRIO ECOLÓGICO SONHEM	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Cerrado	Não	Ausente	126
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL RESERVA MARIA VELHA	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Cerrado	Não	Ausente	8
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL RESERVA CÓRREGO DA AURORA	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Cerrado	Não	Ausente	3
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL CHAKRA GRISU	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Cerrado	Não	Ausente	1
APA DO LAGO PARANOÁ	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Sim	Ausente	16095
ARIE SANTUÁRIO DE VIDA SILVESTRE DO RIACHO FUNDO	Estadual	Área de Relevante Interesse Ecológico	Cerrado	Sim	Ausente	486
ARIE CRULS	Estadual	Área de Relevante Interesse Ecológico	Cerrado	Não	Ausente	55
MONUMENTO NATURAL DO CONJUNTO ESPELEOLÓGICO DO MORRO DA PEDREIRA	Estadual	Monumento Natural	Cerrado	Não	Ausente	91
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL VALE DAS COPAIBEIRAS	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Cerrado	Não	Ausente	4
Campo Grande/MS						
PARQUE ESTADUAL DO PROSA	Estadual	Parque	Cerrado	Sim	Ausente	135
PARQUE ESTADUAL MATAS DO SEGREDO	Estadual	Parque	Cerrado	Sim	Sim	177
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL ESTÂNCIA SANTA INÊS	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Cerrado	Não	Ausente	133
Cuiabá/MT						
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS GUIMARÃES	Federal	Parque	Cerrado	Sim	Não	33000
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA CHAPADA DOS GUIMARÃES	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Não	Não	251848
PARQUE ESTADUAL MÃE BONIFÁCIA	Estadual	Parque	Cerrado	Não	Ausente	77
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL FAZENDA SÃO LUIZ	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Cerrado	Não	Ausente	200

PARQUE ESTADUAL ZÉ BOLO FLÔ	Estadual	Parque	Cerrado	Não	Ausente	1
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DO ARICÁ-AÇU	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Não	Ausente	73195
Curitiba/PR						
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PASSAUNA	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	16020
FLORESTA ESTADUAL DO PASSA DOIS	Estadual	Floresta	Ausente	Não	Ausente	275
PARQUE ESTADUAL JOÃO PAULO II	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	4
PARQUE NATURAL MUNICIPAL VISTA ALEGRE	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	10
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇÚ	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Sim	Sim	4145
Florianópolis/SC						
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA	Federal	Área de Proteção Ambiental	Marinho	Não	Sim	156100
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS	Federal	Estação Ecológica	Mata Atlântica	Sim	Não	619
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO	Federal	Reserva Biológica	Marinho	Sim	Não	17600
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA PIRAJUBAÉ	Federal	Reserva Extrativista	Marinho	Não	Não	1444
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Sim	84130
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL RESERVA NATURAL MENINO DEUS	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Não	16
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL MORRO DAS ARANHAS	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	44
PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	1532
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MORRO DA CRUZ	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Sim	130
Fortaleza/CE						
PARQUE ESTADUAL MARINHO DA PEDRA DA RISCA DO MEIO	Estadual	Parque	Marinho	Não	Sim	3320
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTUÁRIO DO RIO CEARÁ	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Caatinga	Não	Ausente	2745
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO PACOTI	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Caatinga	Não	Ausente	2915
PARQUE ESTADUAL DO COCÓ	Estadual	Parque	Caatinga	Não	Ausente	1571
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO SÍTIO CURIÓ	Estadual	Área de Relevante Interesse Ecológico	Caatinga	Não	Sim	57
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DAS DUNAS DA SABIAGUABA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	468
Goiânia/GO						
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JOÃO LEITE	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Não	Ausente	72128

PARQUE ESTADUAL ALTAMIRO DE MOURA PACHECO	Estadual	Parque	Cerrado	Não	Ausente	3139
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL CHÁCARA MANGUEIRAS	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Cerrado	Não	Ausente	5
João Pessoa/PB						
FLORESTA NACIONAL DA RESTINGA DE CABEDELO	Federal	Floresta	Mata Atlântica	Sim	Ausente	103
PARQUE ESTADUAL DO ARATU	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	341
PARQUE ESTADUAL DO JACARAPE	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	380
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO BURAQUINHO	Estadual	Refúgio de Vida Silvestre	Mata Atlântica	Não	Ausente	513
PARQUE ESTADUAL DAS TRILHAS DOS CINCO RIOS	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	515
Macapá/AP						
RESERVA BIOLÓGICA DO PARAZINHO	Estadual	Reserva Biológica	Amazônia	Não	Sim	111
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Não	Não	21676
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Não	Não	136
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL RETIRO PARAÍSO	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	47
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL ALDEIA EKINOX	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	11
Maceió/AL						
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS	Federal	Área de Proteção Ambiental	Marinho	Não	Sim	405946
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE SANTA RITA	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Sim	Não	10346
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO CATOLÉ E FERNÃO VELHO	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Sim	5415
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PRATAGY	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Sim	13369
Manaus/AM						
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICA PROJETO DINÂMICA BIOLÓGICA DE FRAGMENTOS FLORESTAIS	Federal	Área de Relevante Interesse Ecológico	Amazônia	Não	Ausente	3288
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS	Federal	Parque	Amazônia	Sim	Não	350018
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ	Estadual	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Amazônia	Sim	Sim	1124000
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - CAVERNA DO MOROAGA	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Sim	Ausente	374700

REFUGIO DE VIDA SILVESTRE ILHA DOS LOBOS	Federal	Refúgio de Vida Silvestre	Marinho	Não	Não	142
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL COSTA DO SERRO	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	8
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL JARDIM DA PAZ	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	2
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL SÍTIO PORTO DA CAPELA	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	14
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL RINCÃO DAS FLORES	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	15
Porto Velho/RO						
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CUNIÃ	Federal	Estação Ecológica	Amazônia	Não	Ausente	63812
FLORESTA NACIONAL DE JACUNDÁ	Federal	Floresta	Amazônia	Sim	Sim	220645
FLORESTA NACIONAL DE BOM FUTURO	Federal	Floresta	Amazônia	Não	Não	97357
RESERVA EXTRATIVISTA LAGO DO CUNIÃ	Federal	Reserva Extrativista	Amazônia	Não	Não	55850
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO RIO VERMELHO ©	Estadual	Floresta	Amazônia	Não	Ausente	20215
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO DO RIO MACHADO	Estadual	Floresta	Amazônia	Não	Ausente	175781
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO DO RIO MADEIRA "B"	Estadual	Floresta	Amazônia	Não	Ausente	51856
ESTAÇÃO ECOLÓGICA SERRA DOS TRÊS IRMÃOS	Estadual	Estação Ecológica	Amazônia	Não	Não	89847
RESERVA EXTRATIVISTA JACI-PARANÁ	Estadual	Reserva Extrativista	Amazônia	Não	Ausente	197364
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL SERINGAL ASSUNÇÃO	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	623
PARQUE NACIONAL MAPINGUARI	Federal	Parque	Amazônia	Não	Não	172430
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE PORTO VELHO	Municipal	Parque	Amazônia	Sim	Sim	391
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO MADEIRA	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Não	Ausente	6741
Recife/PE						
PARQUE ESTADUAL DE DOIS IRMÃOS	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	387
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA-BEBERIBE	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Sim	Ausente	31634

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO CURADO	Estadual	Refúgio de Vida Silvestre	Mata Atlântica	Não	Ausente	103
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA SÃO JOÃO DA VÁRZEA	Estadual	Refúgio de Vida Silvestre	Mata Atlântica	Não	Ausente	65
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE MATA DO ENGENHO UCHÔA	Estadual	Refúgio de Vida Silvestre	Mata Atlântica	Não	Ausente	171
Rio Branco/AC						
RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	Federal	Reserva Extrativista	Amazônia	Sim	Não	970570
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL IGARAPÉ SÃO FRANCISCO	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Não	Sim	30004
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LAGO DO AMAPÁ	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Sim	Sim	5224
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL SANTUÁRIO ECOLÓGICO AMAZÔNIA VIVA	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	38
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RAIMUNDO IRINEU SERRA	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Sim	Sim	908
Rio de Janeiro/RJ						
PARQUE NACIONAL DA TIJUCA	Federal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Sim	3200
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GERICINÓ/MENDANHA	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Não	0
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO DOS FRADES	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	7500
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL RESERVA ECOLÓGICA METODISTA ANA GONZAGA - CEMAG	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	73
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL CÉU DO MAR	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	3
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL SÍTIO GRANJA SÃO JORGE	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	3
PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Sim	Sim	12500
RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DE GUARATIBA	Estadual	Reserva Biológica	Mata Atlântica	Sim	Sim	3600
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CATACUMBA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Sim	26
APA DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Não	5
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	21
APA DO MORRO DO SILVÉRIO	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	2
APA DAS BRISAS	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Não	102

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA SERRA DO MENDANHA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	1052
APA DA ORLA MARÍTIMA DA BAÍA DE SEPETIBA	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	11606
PARQUE NATURAL MUNICIPAL FAZENDA DO VIEGAS	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	8
APA DO MORRO DO VALQUEIRE	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	166
APA DA FAZENDA DA TAQUARA	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	8
APA DO BAIRRO DA FREGUESIA	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	379
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA FREGUESIA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	30
PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	54
APA DAS TABEBUIAS	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	62
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO DE MARAPENDI	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Sim	Ausente	917
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE MARAPENDI	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	153
PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Sim	44
APA DA PAISAGEM E DO AREAL DA PRAIA DO PONTAL	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	24
APA DA ORLA MARÍTIMA	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	268
APA DA PEDRA BRANCA	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	5387
APA DA PRAINHA	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	157
APA DA SERRA DOS PRETOS FORROS	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	2715
APA DOS MORROS DA BABILÔNIA E DE SÃO JOÃO	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	1
APA DO MORRO DO LEME	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	54
PARQUE NATURAL MUNICIPAL PENHASCO DOIS IRMÃOS - ARQUITETO SÉRGIO BERNARDES	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	38
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DARKE DE MATTOS	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	7
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CIDADE	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	47
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA PRAINHA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	147
PARQUE NATURAL MUNICIPAL JOSÉ GUILHERME MERQUIOR	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	8

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL FAZENDA BOA ESPERANÇA	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	75
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL ESTÂNCIA PEDREIRAS	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	38
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL JAGUAREMA	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Amazônia	Não	Ausente	3
PARQUE ESTADUAL DO BACANGA	Estadual	Parque	Amazônia	Não	Ausente	3163
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE UPAON-AÇU / MIRITIBA / ALTO PREGUIÇAS	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Cerrado	Não	Ausente	1535310
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Sim	Ausente	322
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO SÍTIO RANGEDOR	Estadual	Estação Ecológica	Amazônia	Não	Ausente	121
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO DO MARACANÃ	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Amazônia	Não	Ausente	1831
São Paulo/SP						
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	315423
PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	0
PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	488
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL SÍTIO CURUCUTU	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	11
APA MATA DO IGUATEMÍ	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	30
APA PARQUE E FAZENDA DO CARMO	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	0
APA VÁRZEA DO RIO TIETÊ	Estadual	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Ausente	6500
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DO CAPIVARIMONOS	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Sim	Ausente	25100
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL BORORÉ-COLÔNIA	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Sim	9000
PARQUE NATURAL MUNICIPAL FAZENDA DO CARMO	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Sim	449
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CRATERA DE COLÔNIA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	53
PARQUE ESTADUAL ALBERTO LÖFGREN	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Sim	Não	187

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMONIO NATURAL MUTINGA	Municipal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Atlântica	Não	Ausente	3
PARQUE NATURAL MUNICIPAL BORORÉ	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	171
PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA	Estadual	Parque	Mata Atlântica	Sim	Ausente	33
PARQUE NATURAL MUNICIPAL VARGINHA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	338
PARQUE NATURAL MUNICIPAL ITAIM	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	125
PARQUE NATURAL MUNICIPAL JACEGUAVA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Ausente	276
Teresina/PI						
FLORESTA NACIONAL DE PALMARES	Federal	Floresta	Caatinga	Não	Ausente	170
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL SANTA MARIA DE TAPUÁ	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Caatinga	Não	Ausente	238
Vitória/ES						
PARQUE ESTADUAL DA FONTE GRANDE	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Sim	Sim	218
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE TABUAZEIRO	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Sim	5
PARQUE NATURAL MUNICIPAL GRUTA DA ONÇA	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Sim	7
ESTAÇÃO ECOLÓGICA MUNICIPAL ILHA DO LAMEIRÃO	Municipal	Estação Ecológica	Mata Atlântica	Não	Não	892
PARQUE NATURAL MUNICIPAL PEDRA DOS OLHOS	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	28
PARQUE NATURAL MUNICIPAL VALE DO MULEMBÁ	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	142
PARQUE NATURAL MUNICIPAL VON SCHILGEN	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Sim	7
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	Municipal	Parque	Mata Atlântica	Não	Não	64
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MACIÇO CENTRAL	Municipal	Área de Proteção Ambiental	Mata Atlântica	Não	Não	1100